

PODER / Em encontros no Rio de Janeiro e em São Paulo, candidato à Presidência da Câmara reúne representantes de partidos de diferentes espectros ideológicos. O favorito ao cargo, na eleição de sábado, é elogiado por sua capacidade de obter convergência

Apoio a Motta, do PT ao PL

» ISRAEL MEDEIROS

Às vésperas da eleição que vai definir seu futuro na política, o deputado paraibano Hugo Motta (Republicanos) faz uma última rodada de eventos para consolidar o apoio de lideranças políticas à sua candidatura à Presidência da Câmara e ouvir das bancadas mais influentes as demandas dos estados. O pleito ocorrerá no próximo sábado.

O amplo apoio dos partidos, que já tinha ficado evidente quando os únicos reais concorrentes deixaram a disputa, foi novamente evidenciado em um jantar em São Paulo na última **segunda-feira**.

Lá estiveram nomes de peso, como o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos); o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB); e ao menos oito presidentes de legendas do centro e de direita. Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido de Jair Bolsonaro (PL), também participou.

Mas houve, também, representantes do governo, como o ministro Silvío Costa Filho, de Portos e Aeroportos, que é correligionário de Hugo Motta, e deputados do PT. A equipe do candidato publicou fotos do evento em que ele posa com parlamentares de diversos espectros ideológicos.

A capacidade de obter convergência foi elogiada pelos caciques que estiveram presentes ao encontro. “Você vai ser o mais jovem presidente da Câmara da nossa história. Mas com muita sabedoria, com muita vontade,

Douglas Gomes / Lid Republicanos



O deputado Hugo Motta discursa no jantar com representantes de partidos, em São Paulo: “Não temos preconceitos de onde a ideia vem”

Demandas

O evento foi organizado por Marcos Pereira e pelo presidente do PP-SP, deputado Maurício Neves. Motta recebeu uma lista de demandas da bancada paulista, incluindo um pedido para pautar a votação da proposta de criação de um fundo sul-sudeste.

saber ouvir, saber conversar, e eu tenho certeza de que você será um grande presidente, meu irmão”, disse Ciro Nogueira, presidente do PP.

“A gente tem certeza absoluta de que você vai conduzir (a Câmara) muito bem, com todo esse apoio e com a sua capacidade de unir e de agregar vários partidos com várias ideologias”, ressaltou Nunes.

Ontem, foi a vez do Rio de Janeiro. Durante o dia, Motta encontrou políticos locais e, à noite, em uma churrascaria, ouviu as demandas da bancada do estado. Assim como em

São Paulo, o clima foi de tranquilidade quanto à vitória no sábado.

Cargos

Alguns detalhes importantes, no entanto, seguem sendo costurados nos bastidores. Será importante para os partidos que apoiam Motta conseguir representantes em cargos de destaque tanto em comissões quanto nos postos-chave da Mesa Diretora da Casa.

Na gestão de Lira, os outros dois cargos mais importantes da Mesa (1ª e 2ª Vice-Presidências)

eram ocupados por deputados do Republicanos (partido de Motta) e pelo PL, sigla que tem a maior bancada, com mais de 90 congressistas.

Na Câmara, há 23 partidos. Poucos evitaram se aproximar do candidato visando algum favor ou a futuro acordo para aumentar a influência na Casa. É o caso das legendas dos dois únicos adversários de Hugo Motta: o Novo, do deputado Marcel van Hattem (RS), e o PSol, do deputado Pastor Henrique Vieira (RJ).

No caso do Novo, a legenda, que conta com apenas quatro deputados, não tem o costume de



A Câmara demonstra maturidade política. Demonstra, sim, que respeitamos os posicionamentos ideológicos, políticos, eleitorais de quem quer que seja, mas tem algo que é maior do que todos nós, que é o nosso país. Não podemos trabalhar contra o nosso Brasil”

Hugo Motta (Republicanos-PB), candidato à Presidência da Câmara

ser pragmático nas relações no Congresso. Sem chance alguma de vencer a eleição, Van Hattem, que é alinhado ao bolsonarismo, mira a disputa ao Senado por seu estado em 2026, como ele mesmo já disse em suas redes sociais.

Já o PSol, que tem três vezes mais deputados do que o Novo, consolidou-se como uma linha de frente da esquerda menos pragmática no Congresso e tem histórico de lançar candidatos na disputa à Presidência da Câmara. Em 2023, foi Chico Alencar (RJ); em 2021, foi Luiza Erundina (SP); e em 2019, Marcelo Freixo (RJ).

Informe Publicitário

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA FAZ LOCKOUT CONTRA PERITOS MÉDICOS FEDERAIS

Apesar de ter ganhado destaque nas manchetes da última semana, a greve nacional dos Peritos Médicos Federais - antigamente chamados de Médicos Peritos do INSS - está em curso desde **20 de agosto de 2024**.

A mobilização da Carreira é liderada pela entidade que a representa - Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP) - e tem como reivindicação exclusiva o cumprimento do acordo firmado com o Governo em maio de 2022, que foi unilateralmente rompido pelo Ministério da Previdência Social em 2024.

O referido acordo, que trata sobre a estrutura da Carreira e sobre os parâmetros de avaliação da gestão e do desempenho dos seus integrantes, foi alvo de sentença de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que transitou em julgado no mesmo ano de 2022.

Transcorridos 160 dias desde a deflagração da greve, o Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, mantém postura de completa intransigência em relação à abertura de qualquer canal de negociação com a categoria. A Associação já encaminhou dezenas de pedidos de reunião para tratar sobre possíveis soluções para a reivindicação da classe, mas não obteve resposta alguma do Ministério. Até a semana passada, o Governo ignorava ativamente a mobilização dos servidores e, sempre que era questionado, informava se tratar de movimento de baixa adesão, com cerca de 10% de participação da categoria.

Ocorre que, em mudança repentina de postura, o Governo decidiu adotar uma medida de extremo impacto e gravidade contra uma greve que, até então, considerava fraca. As luzes recentemente lançadas ao movimento paredista se justificam diante do anúncio de que o Governo cancelaria automaticamente todos os atendimentos agendados para os servidores que participam da greve.

Além disso, a Administração divulgou que cortaria integralmente o salário de quem permanecesse aderido à greve. Vale destacar que, em razão de decisões proferidas pelo STJ, devem ser mantidos os percentuais mínimos de 70% ou de 85% de servidores ativos durante as paralisações, a depender do tamanho da fila verificada na unidade da federação.

Assim, desde o início do movimento, os integrantes da Carreira têm

observado todos os parâmetros de legalidade e têm executado a greve de maneira parcial, ou seja, realizam uma parcela das suas atividades e deixam de cumprir outra parte.

Para tentar minar a mobilização classista, o Governo adotou a medida inédita de bloquear todos os exames marcados para os grevistas, impondo o cancelamento dos atendimentos a todos os cidadãos e não a uma parte deles, como vinha ocorrendo.

Nessa linha, ao contrário do discurso oficial, verifica-se que o cancelamento integral das agendas não protege os segurados, mas lhes causa um prejuízo ainda maior e propicia o aumento exponencial da fila de atendimentos represados.

Na visão de advogados especializados no tema, a postura do Governo constitui verdadeiro lockout, medida verificada quando o empregador impede que os trabalhadores executem o trabalho com o objetivo de frustrar as negociações da greve. Informalmente, o lockout é conhecido como a “greve do empregador” e a lei brasileira proíbe expressamente a sua prática.

Esse tipo de conduta por parte da Administração nunca foi observada na história do funcionalismo público e representa a escalada autoritária da resposta do Ministro Carlos Lupi contra a greve legítima dos servidores públicos que estão sob a responsabilidade da sua pasta.

Para além do silêncio em relação aos pleitos da categoria e do desinteresse em negociar, o lockout imposto contra os grevistas revela uma incongruência interna de um Governo que possui, em sua base de sustentação, partidos e grupos do espectro político-ideológico de esquerda, que é historicamente vinculado ao sindicalismo e aos movimentos sociais que lutam pela melhoria das condições de trabalho. O STJ já foi acionado por ambos os lados - Governo e Associação - para que analise a legalidade da greve e do lockout, de modo a resolver essa questão e a organizar o cenário de disputas entre a categoria e a Administração.

Às vésperas de uma ampla reforma ministerial, é possível que essa medida drástica do Governo defina o futuro de Carlos Lupi à frente do Ministério da Previdência Social. Independentemente do resultado, é certo que a história cobrará caro do Governo por esse ataque à dignidade dos trabalhadores e àqueles que mais precisam.



Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais - ANMP